

Globalização neoliberal, injustiça ambiente e agricultura.

Mirian Claudia Lourenção Siomenetti,
André Scantimburgo,
Fernando Fiamengui.

Como citar: SIOMENETTI, Mirian Claudia Lourenção; SCAMTIMBURGO, André; FIAMENGUI, Fernando. Globalização neoliberal, injustiça ambiente e agricultura. *In:* POSSAS, Lúcia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.267-292. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p267-292>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL, INJUSTIÇA AMBIENTAL E AGRICULTURA

Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹
André Scantimburgo²
Fernando Fiamenguí³

“O que existe no mundo basta para satisfazer as necessidades de todos, porém não a cobiça de alguns.”
Mahatma Gandhi

Neste fórum de debates das relações internacionais, trazemos para reflexão questões relativas à globalização neoliberal, meio ambiente e agricultura. A elas se vinculam temas cujas questões ocupam o centro das controvérsias atuais, tais como mudanças climáticas, *agribusiness* (*agronegócio*), agro-combustíveis, fome, segurança alimentar, injustiça ambiental, segurança planetária que remetem aos enormes desafios sócio-ambientais contemporâneos.

¹ FFC Unesp Campus de Marília. Coordenadora do Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais – CPEAA.

² Estagiário do CPEAA.

³ Estagiário do CPEAA.

Nossa investigação resgata as discussões sobre o mundo contemporâneo, sobretudo aquelas relativas ao processo de globalização neoliberal, cuja ênfase recai sobre um mundo cada vez mais interdependente, mas cujos países são extremamente desiguais no âmbito dessa nova ordem ambiental mundial. Essa questão ganha relevância no debate sobre os problemas ambientais, sobretudo com relação às mudanças climáticas, que envolve, sem distinção, a todos os países. Destacamos as atuais discussões realizadas sob a esfera da Organização das Nações Unidas, para possíveis entendimentos objetivando minimizar o impacto dos danos ambientais, com ênfase nos acordos em construção na Convenção Quadro das Mudanças Climáticas, visto que exemplificam como esse debate foi capturado pela racionalidade do mercado, ampliando a já existente injustiça ambiental entre os países.

GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E INJUSTIÇA AMBIENTAL

A modernidade desencadeou uma dinâmica que se tornou, de modo geral, uma ameaça para a vida terrena, suscitando nas escalas local e global catástrofes sociais da natureza e, com tanto maior ímpeto quanto mais a sociedade moderna se desenvolve, convertendo-se num sistema planetário total.

As conseqüências destrutivas desse modo de produção capitalista sobre o planeta, foram preparadas em dois séculos de industrialização, acelerado a partir do desenvolvimento do mercado mundial depois de 1945 e acirrado na globalização neoliberal das três últimas décadas. Repetindo-se a intervalos cada vez mais curtos e alastrando-se por um número cada vez maior de regiões do globo. O efeito estufa e as mudanças climáticas, que ganham visibilidade através das enchentes e das secas, anunciam os limites ecológicos absolutos desse modo de produção. O dilúvio e a seca, bem como os tufões e furacões, resultam dessa lógica destrutiva do mercado mundial e da economia industrial. Em escala continental e transcontinental, as chuvas e os temporais extremos e anormais, bem como a escassez extrema e anormal das águas,

são provocados por mudanças climáticas, que por sua vez resultam da emissão industrial desenfreada dos chamados gases-estufa, resultante de uma matriz energética baseada no uso dos combustíveis fósseis.⁴ Esses gases, que esquentam artificialmente a temperatura da terra, são liberados na produção e na operação de quase todas as mercadorias industriais.

Esse processo se intensificou nas três últimas décadas juntamente com a transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Algumas características definem esse novo momento vivido pela globalização capitalista, compreendido como modo de produção e sistema civilizatório, dentre elas a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras; a disseminação em escala mundial, da tecnologia de informação e dos meios de comunicação; as movimentações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados. A extraordinária amplitude e profundidade deste processo abriu espaços para reflexões as mais variadas, destacamos aqui algumas delas, cuja ênfase recai sobre os aspectos desiguais e contraditórios, assim seria um fenômeno novo designado por “globalização” (GIDDENS, 1990), “sociedade global” (IANNI, 1995), “Globalitarismo”; “período técnico científico informacional” (SANTOS, 1996), Globalização neoliberal (CORONIL, 2005), “sistema mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Giddens (1990, p.64) define a globalização como “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são

⁴ O capitalismo deve muito do seu desenvolvimento aos combustíveis fósseis (carvão e petróleo) não sendo exagero dizer que se trata de uma sociedade fossilista. O que vem sendo feito desde que a sociedade capitalista se conformou, ainda que de forma geograficamente desigual de 200 anos para cá, é se aproveitar da energia solar fotossintetizada há milhões de anos atrás sob a forma de florestas e animais que, tendo sido sepultados durante um longo período geológico, sofreram transformações que os mineralizaram nos dando o carvão e o petróleo atuais. Ora, essas florestas e animais sepultados continham carbono que, à época, foram retirados da atmosfera e que, agora, com as máquinas a vapor, são devolvidos à atmosfera sob a forma de monóxido e dióxido de carbono aumentando o efeito estufa. Os países industrializados são os maiores responsáveis pelo atual aquecimento global, muito embora as queimadas, sobretudo de florestas tropicais tenham importância e, nesse caso, o Brasil é o país que mais vem se destacando negativamente no mundo. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa" e acusa os sociólogos de uma acomodação indevida à ideia de "sociedade" enquanto um sistema fechado. No mesmo sentido, Ianni (1995, p.189), desafia as ciências Sociais a "pensar o mundo como uma sociedade Global. [...] O pensamento científico, com suas produções mais notáveis, elaborado primordialmente com base na reflexão sobre a sociedade nacional, não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global."

Para Ianni (1995), vivencia-se de um novo "ciclo" da história, no qual ao lado de conceitos tais como "mercantilismo", "colonialismo" e "imperialismo", além de "nacionalismo" e "tribalismo", o mundo moderno assiste à emergência do "globalismo", como nova e abrangente categoria histórica e lógica. O globalismo compreende relações, processos e estruturas de dominação e apropriação desenvolvendo-se em escala mundial. São relações, processos e estruturas polarizadas em termos de integração e acomodação, assim como de fragmentação e contradição, envolvendo sempre as condições e as possibilidades de soberania e hegemonia. Todas as realidades sociais, desde o indivíduo à coletividade, ou povo, tribo, nação e nacionalidade, assim como corporação transnacional, organização multilateral, partido político, sindicato, movimento social, corrente de opinião, organização religiosa, atividade intelectual e outras, passam a ser influenciadas pelos movimentos e pelas configurações do globalismo, e a influenciá-lo. São articulações, integrações, tensões e contradições, envolvendo uns e outros, organizações e instituições, ou as mais diversas realidades sociais, de tal forma que o globalismo pode aparecer mais ou menos decisivamente no modo pelo qual se movem indivíduos e coletividades no novo mapa do mundo.

A globalização, para Santos (1996) é um processo onde se diminuem os constrangimentos geográficos (e seus vetores de tempo e de espaço) sobre os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, redução esta sobre a qual os indivíduos cada vez são mais conscientes. A compreensão deste processo estende-

se, primordialmente, em torno de duas classes principais de fenômenos, que se tornaram crescentemente significativos, em especial, na segunda metade do século 20. São, de um lado, a emergência de uma economia crescentemente globalizada, fundada em novos sistemas de produção, finanças e consumo e, de outro lado, a idéia, de uma cultura global.

Ao analisar as desigualdades referentes a esse processo Santos (1996, p. 271), destaca que:

[...] não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o 'Mundo' necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar.

Santos (2000), afirma que:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos - isto é - dos *globalitarismos* a que estamos assistindo.

Para Coronil (2005):

[...] os discursos da globalização são múltiplos e estão muito longe de serem homogêneos. Os relatos mais matizados desautorizam a imagem estereotipada da emergência de uma aldeia global, popularizada pelas corporações, pelos Estados metropolitanos e pelos meios de comunicação. Essas versões alternativas sugerem que a globalização não é um fenômeno novo, mas sim a manifestação de um antigo processo de intensificação do comércio transcontinental, da expansão

capitalista, colonização, migrações mundiais e intercâmbios transculturais. Do mesmo modo, sugerem que sua atual modalidade neoliberal polariza, exclui e diferencia, mesmo quando gera algumas configurações de interação translocal e de homogeneização cultural. Para seus críticos, **a globalização neoliberal** é implosiva ao invés de expansiva, conecta centros poderosos a periferias subordinadas. Seu modo de integração é fragmentário ao invés de total. Constrói semelhanças sobre uma base de assimetrias. Em suma, unifica dividindo. Em vez da reconfortante imagem da aldeia global, oferece, de diferentes perspectivas e com diferentes ênfases, uma visão inquietante de um mundo fraturado e dividido por novas formas de dominação. (Grifo nosso).

Os traços principais desta nova economia mundial são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; flexibilização do trabalho; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; primazia das agências financeiras multilaterais.

Estas transformações atravessam todo o sistema mundial, ainda que com intensidade desigual consoante a posição dos países no sistema mundial. Segundo Santos (2001, p. 51):

As implicações destas transformações para as políticas econômicas nacionais podem ser resumidas nas seguintes orientações ou exigências: as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado.

As empresas multinacionais passam a ser a principal forma institucional desta elite capitalista transnacional e a magnitude das transformações que elas suscitaram na economia mundial está patente no fato de que mais de um terço do produto industrial mundial é produzido por estas empresas e de que uma percentagem muito mais elevada é transaccionado entre elas. Embora a novidade organizacional das empresas multinacionais possa ser questionada, parece inegável que a sua prevalência na economia mundial e o grau e eficácia da direcção centralizada que elas adquirem as distingue das formas precedentes de empresas internacionais.

Em suma, a globalização económica é sustentada pelo ideário do consenso económico neoliberal⁵ cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual; subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio.

⁵ O ideário do neoliberalismo propõe um sistema de princípios que são novos, porém baseados nas idéias liberais clássicas de Adam Smith. Seus princípios são desenhados a partir da Europa e América do Norte no período posterior à II Guerra Mundial. Baseia-se nas idéias de Friedrich Hayek e, nos anos 70 é defendido por Milton Friedman nos EUA. Constitui-se através de uma intervenção teórica e política contra o estado intervencionista e de bem-estar defendido por Keynes, na década de 1930, para fazer face à depressão vivida na Europa e Estados Unidos. Este sistema doutrinário é também conhecido como “Consenso de Washington”, cujo nome refere-se à expressão cunhada pelo economista John Williamson do Institute for International Economics. É um conjunto de princípios de reordenamento dos mercados, desenhado pelo governo americano e pelas instituições financeiras multilaterais, as quais controla, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O Consenso de Washington pode ser resumido em três objetivos principais: a) estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação), em geral, tendo por elemento central um processo, explícito ou não, de dolarização da economia e sobrevalorização das moedas nacionais; b) reformas estruturais com redução do Estado, através de um programa de privatizações, desregulação dos mercados e liberalização financeira e comercial; c) abertura da economia para atrair investimentos internacionais e a retomada do crescimento econômico.

Como veremos, são os países mais pobres desse *sistema-mundo moderno-colonial*⁶ os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural. Mas, dado o crescente predomínio da lógica financeira sobre a economia real, mesmo os Estados mais ricos, cuja dívida pública vem aumentando, estão sujeitos às decisões das agências financeiras de "rating", ou seja, as empresas internacionalmente certificadas para avaliar a situação financeira dos Estados e os consequentes riscos e oportunidades que eles oferecem aos investidores internacionais.

Uma das transformações mais dramáticas produzidas pela globalização económica neoliberal reside na enorme concentração de poder económico por parte das empresas multinacionais: das 100 maiores economias do mundo, 47 são empresas multinacionais; 70% do comércio mundial é controlado por 500 empresas multinacionais; 1% das empresas multinacionais detém 50% do investimento direto estrangeiro (CLARKE, 1996 apud SANTOS, B.S. 2001, p.53)

De acordo com Chesnais (1996), a globalização se configura como uma mundialização financeira, com o surgimento de um fenómeno novo na história onde a circulação do dinheiro desligada da circulação de mercadorias torna-se absolutamente

⁶ Porto-Gonçalves (2001) destaca que é preciso considerar os dois lados dessa geografia que constitui o 'sistema-mundo moderno-colonial'. Para o autor, há que se abandonar a idéia de uma Modernidade que se constituiu isoladamente na Europa sem que se considere o papel que a América, enquanto colônia, teve na constituição do que se viria ser chamado e, paradoxalmente idolatrado, Modernidade. A Modernidade se constitui no mesmo movimento que constitui a colonialidade. Assim, é preciso romper com o evolucionismo eurocêntrico que vê cada lugar do mundo como se fora um determinado estágio da evolução europeia, o que só é possível a partir de uma perspectiva teórica que toma o tempo como algo linear (o europeu) e ignora o espaço, enfim, uma perspectiva teórica que pensa a sucessão de eventos numa linha temporal unidirecional e ignora a simultaneidade constitutiva da história (espaço-tempo). Pensar a partir do espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente. Sem considerar o espaço geográfico e a natureza, a clivagem constitutiva do 'sistema-mundo moderno-colonial' desaparece e o mundo europeu emerge como se fora por auto-geração e fruto de uma presumida superioridade, cuja legitimação sempre corre o risco de cair no racismo.

desproporcional. A globalização se configura, portanto, como uma internacionalização econômica submetida ao poderio financeiro dominante dos Estados Unidos e de outros 6 países desenvolvidos que formam o G7 (Grupo dos 7 países mais ricos do mundo), suprimindo a realidade de um mundo que continua sendo desigual. Nesse sentido as multinacionais se amparam no poder destes Estados, que por sua vez controlam as instituições financeiras multilaterais como o FMI, Banco Mundial e OMC.

Chossudovsky (1999) ressalta que o Banco Mundial, junto com o FMI, e a Organização Mundial do Comércio são estruturas administrativas, órgãos reguladores operando dentro do sistema capitalista e respondendo a interesses econômicos e financeiros dominantes, no caso, os grandes grupos empresariais transnacionais. O que está em jogo é a capacidade dessa burocracia internacional para supervisionar as economias nacionais por meio da manipulação das forças de mercado.

Esse processo mostra que a globalização neoliberal gerou formas novas de acumulação e poder. A acumulação capitalista se dá em escala global, a uma velocidade crescente, controlada por corporações e investidores transnacionais. Enquanto o capital se torna cada vez mais global, as políticas de redistribuição permanecem responsabilidade de governos nacionais, que estão impossibilitados e, ou pouco dispostos, a agir contra os interesses do capital transnacional.

Essa assimetria provocou uma acelerada redistribuição de poder em nível global, fortalecendo o “poder das corporações”. Neste sistema político peculiar, o capital global determina o programa de trabalho econômico e social à escala do mundo inteiro. Estes grupos corporativos de pressão dão as suas instruções aos governos na forma de recomendações, e os governos as seguem para não correrem o risco de verem as suas moedas correntes sob o ataque dos especuladores e suas economias fragilizadas pela fuga dos investidores. A influência desses grupos foi fortalecida pelos acordos regionais e multilaterais. Através desses acordos estão sendo impostas políticas neoliberais no mundo inteiro.

As políticas neoliberais criam tensões sociais em nível global semelhantes às aquelas verificadas a nível nacional durante as primeiras fases da industrialização: enquanto se define uma elite, o número de bilionários cresce cada vez mais, as populações ao redor do mundo acham-se em um sistema que não lhes oferece nenhum lugar na produção e nenhum acesso para consumo. O resultado é um “descenso em espiral” nas condições sociais e ambientais e o desmantelando de políticas de seguridade (taxação progressiva, sistemas de seguro social, redução do tempo de trabalho etc). Um círculo perverso é criado, em que a riqueza se concentra crescentemente nas mãos de uma elite transnacional, enquanto cada vez mais pessoas não podem satisfazer as suas necessidades básicas. (SANTOS, 2001)

Um dos resultados desse processo pode ser verificado no agravamento da desigualdade vista através da distribuição da riqueza mundial, nas duas últimas décadas: 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram o seu Produto Nacional Bruto per capita decrescer nos anos 80 e 90; em 14 deles a diminuição rondou os 35%; segundo o Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas de 2005 (PNUD, 2004-2005), mais de 1,2 bilhões de pessoas (pouco menos que 1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 bilhões vivem apenas com o dobro desse rendimento. Nos últimos trinta anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1 e, em 1997, de 74 para 1. (PNUD, 2004-2005).

Esses dados demonstram que se intensificaram os problemas existentes ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Acresce a eles a destruição da natureza que assumiu a proporção de catástrofe mundial. A crescente poluição da água, ar e solos e o esgotamento dos recursos naturais passam a ser cada vez mais tema de debates de organismos internacionais, bem como de Organizações Não Governamentais – ONGs. O efeito estufa e as mudanças climáticas representam as ameaças mais sérias da crise

ecológica que afeta o planeta. Dois documentos confirmam esses dados: o "Vital Signs" 2006-2007 do Worldwatch Institute e o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. Ambos destacam a relação entre a problemática ambiental e as enormes desigualdades sociais no mundo contemporâneo.

Segundo o Worldwatch Institute, na edição do "Vital Signs" 2006-2007, há duas tendências no mundo. A primeira é que houve um amplo crescimento econômico no mundo: em 2005, o PIB mundial atingiu o recorde de 59,6 trilhões de dólares, a produção global de automóveis e utilitários esportivos chegou a inéditas 64 milhões de unidades e os gastos mundiais com publicidade chegaram a 570 bilhões de dólares, cifra jamais alcançada antes. A segunda tendência apresenta o custo ambiental de índices tão altos de produção e consumo. A humanidade está usando 23% a mais de recursos naturais do que o planeta é capaz de recompor. Cerca de 20% dos recifes de coral e dos mangues em áreas costeiras já foram destruídos em todo o mundo. A degradação da maior parte dos ecossistemas globais tem levado à perda dos serviços naturais que eles prestam, pois funcionam como fontes de água potável, de alimentos e como reguladores do clima. Os combustíveis fósseis — carvão mineral, gás natural e derivados de petróleo — continuam a ser a principal fonte de energia global, apesar do aumento na atmosfera dos gases de efeito estufa emitidos por eles, o que quase certamente levará à elevação da temperatura média no planeta nas próximas décadas. O uso de carvão mineral, o combustível que mais emite gases de efeito estufa, cresceu 6,3% só em 2004. Acrescenta que se todo mundo consumisse como os países mais ricos, o planeta poderia suportar de maneira sustentável somente 1,8 bilhão de pessoas, não a população atual de 6,5 bilhões. No entanto, a população mundial não deverá diminuir, e sim crescer para 8,9 bilhões de habitantes por volta de 2050 (WORLDWATCH INSTITUTE, 2007).

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, "Combatendo a Mudança Climática: Solidariedade Humana num

Mundo Dividido”, revela um mundo cada vez mais dividido entre nações altamente poluidoras e países pobres. Mostra também que, enquanto os pobres contribuem de maneira desprezível para o aquecimento global, são eles que vão sofrer os resultados mais imediatos da mudança no clima. O relatório destaca as desigualdades entre países tendo por eixo condutor as mudanças climáticas. Destaca que os países economicamente mais desenvolvidos estão longe de cumprir com as metas estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, e que o planeta está caminhando para um futuro catastrófico que afetará principalmente a população dos países menos desenvolvidos. Além da responsabilidade histórica, o nível de poluentes produzido *per capita* nos países ricos ainda é muito maior daquele dos países pobres. Considerando a capacidade de regeneração do Planeta, o Relatório demonstra que se cada cidadão dos países pobres ou em desenvolvimento causasse a mesma emissão de gases nocivos de um europeu médio, seriam necessários quatro planetas para reabsorvê-lo; no topo da lista do descaso ambiental, não há surpresas, para fazer frente a um padrão norte-americano seriam necessários nove planetas.

Os autores do Relatório recomendam aos países economicamente desenvolvidos a redução das suas emissões em ao menos 30% até 2020 e 80% até 2050 (em respeito aos níveis de 1990 – estabelecidos no Protocolo de Kyoto). Em outros termos, se estabeleceu um limite de aquecimento de 2°C até 2032, enquanto as tendências atuais apontam um aquecimento de 4°C. O tema da capacidade de adaptação às mudanças climáticas ganha maior importância devido à constatação de que alguns efeitos prejudiciais já se fazem presentes e que, devido ao acúmulo de gases nocivos, outros problemas já assumiram um caráter irreversível e se farão sentir em breve. Certamente haverá um penoso retrocesso nos processos de desenvolvimento humano dos países mais pobres.

O Relatório exhibe um quadro dos prováveis efeitos da mudança climática em curso, detalhando os mecanismos que afetarão principalmente os 2,6 bilhões de pessoas que sobrevivem

com menos de US\$ 2 dólares por dia. Seguem algumas das principais ameaças ao desenvolvimento humano indicadas pelo relatório:

- ◆ Declínio da produção alimentícia – em consequência da seca causada pelo aumento de temperatura e também pela inconstância dos períodos de chuva.
- ◆ Aumento do número de pessoas que vivem em condições de “stress hídrico”, com um acréscimo de 1,8 bilhão de necessitados até o ano de 2080.
- ◆ Danos ecológicos e materiais incalculáveis causados pelo aumento do nível do mar em vários países, consequência do derretimento das calotas polares.
- ◆ Migração de aproximadamente 400 milhões de pessoas em decorrência da escassez de recursos básicos.

Apesar do Relatório destacar os problemas imediatos que afligem os países mais pobres, adverte que em breve os mecanismos de adaptação e proteção dos países ricos não suportará o peso das mudanças previstas. O aquecimento global, a desestabilização dos ecossistemas e o derretimento das calotas polares podem provocar uma catástrofe ambiental que ameaçará todas as formas de vida do Planeta. Atualmente, os investimentos feitos pelo mecanismo multilateral de adaptação às mudanças climáticas, financiado por diversos países, estão na casa dos 26 milhões de dólares, uma quantia equivalente aos gastos semanais do Reino Unido para a prevenção de inundações.

Destaca que, enquanto apenas 13% da população do planeta vive nas nações economicamente mais desenvolvidas, são essas as nações responsáveis por mais da metade da emissão dos gases de efeito estufa. O estado australiano de Nova Gales do Sul (6,9 milhões de habitantes) tem uma pegada de carbono de 116Mt Co₂. Esse índice é comparável ao total de Bangladesh, Camboja, Etiópia, Quênia, Marrocos, Nepal e Sri Lanka juntos. Nos Estados Unidos, os 23 milhões de habitantes do estado do Texas, são responsáveis por mais emissões de gás carbônico (CO₂) do que os 690 milhões de habitantes da África subsaariana. Um residente médio dos Estados Unidos é

responsável pela emissão de 20,6 toneladas de gás carbônico por ano, um etíope, apenas 0,1 tonelada. Os países ricos possuem muito mais recursos para aplicar em defesas contra enchentes, sistemas de armazenamento de água e em modificações na agricultura. Atualmente, o Reino Unido gasta anualmente US\$ 1,2 bilhão no manejo de enchentes e prevenção da erosão costeira. A Agência Ambiental requisitou US\$ 8 bilhões a serem investidos no fortalecimento das defesas contra enchentes em Londres. A Alemanha estima que terá que gastar um excedente de US\$ 685 milhões por ano, em infra-estrutura de proteção contra enchentes. O Japão elaborou planos de proteção do país contra a elevação dos níveis do mar, cujos custos poderiam chegar a US\$ 93 bilhões. Ao mesmo tempo, mulheres do Delta do Ganges, Bengala Ocidental, na Índia, se preparam contra os crescentes riscos de enchente, construindo como refúgio, plataformas elevadas feitas de bambu. Soluções semelhantes estão sendo introduzidas nas ilhas Char, em Bangladesh. No Egito, estima-se que o aumento do nível do mar pode custar ao país US\$ 35 bilhões e desalojar dois milhões de pessoas.

Dados do relatório informam que a humanidade não pode ter o padrão de consumo dos países mais ricos. O planeta não suporta. No mundo contemporâneo, onde o consumo é tomado como referência de qualidade de vida, se constata que apenas 1,7 bilhão dos atuais 6,3 bilhões de habitantes do planeta têm capacidade de consumir além das necessidades básicas. As informações contidas nesses relatórios revelam que o planeta vem sendo posto em perigo por um mundo cada vez mais perverso, cuja injustiça social se sustenta com base numa profunda injustiça ambiental.

Resulta desse processo, um mundo onde os direitos humanos elementares não se fazem presentes, com conseqüências visíveis tais como degradação ambiental, miséria, fome, sem-teto, desemprego, danos à saúde, sem-terra, analfabetismo, aprofundamento das desigualdades de gênero, crescimento explosivo do "setor informal" e a economia subterrânea (principalmente produção e comércio de drogas), a destruição de vida em comunidade, cortes em serviços sociais e direitos

trabalhistas, violência crescente em todos os níveis da sociedade, intolerância racial, étnica e religiosa e, por fim migração volumosa pelas razões arroladas anteriormente.

Tratando do desafio ambiental, Porto-Gonçalves (2005, p.23) constata que

[...] o período atual, de globalização neoliberal, difere dos outros períodos que o antecederam pela especificidade do desafio ambiental que o acompanha e que, também, o constitui. Afinal, até os anos 1960, a dominação da natureza não era uma questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento. É a partir desse período que intervém explicitamente a questão ambiental. [...] Os desafios que se colocam a partir daí para os países que sempre se beneficiaram do poder assimétrico do **sistema-mundo moderno-colonial** eram enormes: como continuar mantendo o fluxo de matérias primas e de energia sem o qual o capitalismo fossilista e fordista, o padrão assimétrico de poder que lhe é inerente em escalas local, nacional e internacional, não consegue se reproduzir? [...] Como e porque os recursos naturais devem continuar fluindo do sul para o norte? A **globalização neoliberal** é uma resposta de superação capitalista a essas questões, para o que, sem dúvida, procura, à sua moda, apropriar-se de reivindicações como o direito a diferença, para com ele justificar a desigualdade e, também, assimilar à sua lógica do mercado a questão ambiental. (Grifo nosso).

Em suma, a globalização neoliberal potencializa as forças do mercado, não internaliza os custos ambientais e ignora os limites biofísicos. Os efeitos destruturadores da lógica do capital sobre a natureza, transformada e recriada, na perspectiva da mercantilização e apropriação privada de bens (fruto do progresso material, domínio da técnica e da ciência), traz em seu bojo a pobreza e a destruição ambiental em escala mundial. O maior responsável pelos prejuízos ecológicos globais é um sistema que se globalizou globalizando a exploração da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O DESAFIO AMBIENTAL, A CONVENÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS AGROCOMBUSTÍVEIS

Nos anos 90, o debate ambiental ganha maior visibilidade no cenário internacional e ganha cada vez mais espaço na agenda política. Isso resulta, de um lado, do aumento dos problemas ambientais, de outro, da pressão dos movimentos ambientalistas, que desde os anos sessenta, buscam dar visibilidade aos problemas ambientais. É nesse contexto que ocorre a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD – mais conhecida como Rio 92. Reuniu 178 países, oito mil delegados, três mil representantes de ONGS credenciadas e dezenas de organizações no fórum paralelo. Organizada para debater estratégias e medidas apropriadas para deter e inverter os efeitos da degradação do meio ambiente estabeleceu nada menos do que 23 objetivos detalhados, a maioria contida na Agenda 21. A CNUMAD foi um marco importante para as discussões ambientais visto que, desde então, ela pauta a agenda política dos debates ambientais. Saíram dali, as Convenções das Mudanças climáticas e da Diversidade Biológica, consideradas as mais importantes dos muitos temas ali discutidos.⁷

A CNUMAD teve como principais resultados: a criação de duas convenções multilaterais, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e a Convenção sobre Diversidade Biológica; a assinatura dos documentos: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; e a Declaração de Princípios sobre as Florestas; Esses documentos que estabelecem princípios normativos e linhas políticas a serem adotadas pelos Governos; a fixação de temas (*gentlemen's agreements*), como o combate a desertificação, para as posteriores reuniões dos órgãos da ONU e a criação de um órgão de alto nível da ONU, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (*Commission on Sustainable Development*) subordinada a ECOSOC (*Conselho Econômico e*

⁷ 5 A Rio 92 foi a primeira Conferência Internacional, que reuniu um fórum paralelo, envolvendo entidades da sociedade civil organizadas, movimentos sociais e ONGs, num espaço democrático de debates, cujo espírito será resgatado nos eventos do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Social da ONU) que tem por objetivo acompanhar a implementação da Declaração do Rio de Janeiro e da Agenda 21, bem como as questões de financiamento e de execução das convenções (PRESTRE, 2000).

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*), voltada especificamente aos problemas climáticos, foi assinada por 154 países, incluindo o Brasil. Por esse tratado, os países signatários, ditos as “partes” da Convenção, se comprometem a tentar estabilizar, através de ações conjuntas (que seriam definidas com mais detalhe mais tarde), “as concentrações de gases-estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático”. O Brasil o ratificou em 28 de fevereiro de 1994. A Convenção entrou em vigor no dia 21 de março do mesmo ano, quando o número de signatários chegou a 50. Era necessário, porém, detalhar que medidas seriam essas a serem tomadas pelos países. As negociações necessárias foram realizadas em uma série de conferências entre as partes da Convenção-Quadro, chamadas Conferências das Partes (COP). A primeira, o COP-1, reuniu-se em Berlim entre 28 de março e 7 de abril de 1995. Uma meta concreta para servir de base ao estabelecimento das ações internacionais foi estabelecida na terceira conferência, a COP-3, através do Protocolo de Kyoto. Trata-se de um documento no qual os países signatários comprometem-se a reduzir as emissões globais de gases estufa até 2012 em pelo menos 5% dos índices medidos em 1990.⁸

O Protocolo estabelece que os países que emitirem acima de um determinado nível deveram reduzir suas emissões, enquanto

⁸ O IPCC é vinculado às Nações Unidas e foi criado em 1988 com o objetivo de avaliar as informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para a compreensão da mudança do clima, seus impactos e as opções para mitigação e adaptação. A cada cinco anos, o IPCC lança um relatório baseado na revisão de pesquisas de mais de 2500 cientistas de todo o mundo. O Painel tem três grupos de trabalho: O grupo de trabalho I avalia os aspectos científicos do sistema do clima e da mudança do clima. O grupo de trabalho II avalia a vulnerabilidade socioeconômica e dos sistemas naturais em conseqüências da mudança do clima e as opções para se adaptar. O grupo de trabalho III avalia opções para limitar emissões de gás da estufa e outras maneiras de acabar com a mudança do clima. O primeiro relatório foi lançado em 1990, o segundo em 1995 e o terceiro em 2001. O quarto em 2007.

outros, que emitirem abaixo, não terão esse compromisso. O Brasil está no segundo grupo. O primeiro grupo é constituído pelos países responsáveis conjuntamente por 55% das emissões globais em 1990, também chamados como “Partes do Anexo 1”, por estarem relacionados nesse anexo do Protocolo. Para entrar em vigor, o Protocolo deve ser assinado por pelo menos 55% das Partes do Anexo 1. Todos esses números são baseados nas previsões obtidas por simulações computacionais pelo IPCC. Vários países, dentre eles o Brasil, emitem carbono abaixo do “nível máximo” estabelecido pelo Protocolo (que separa o Anexo 1 dos outros países) o documento prevê a possibilidade de essa diferença ser coberta por um aumento na emissão de carbono pelas partes do Anexo 1. Haveria então, uma troca de emissão de carbono entre os dois grupos, sem alterar a emissão global. Outra possibilidade desse tipo, também prevista no Protocolo, é o chamado “mecanismo de desenvolvimento limpo”: os países emissores poderiam patrocinar projetos no outro grupo para diminuir ainda mais suas emissões, e com isso eles poderiam aumentar suas emissões sem alterar a emissão global. Tudo isso é o que se chama “mercado de carbono”, cujo objetivo é aliviar o impacto na economia das partes do Anexo 1 e tornar viáveis os objetivos estabelecidos pelo tratado.⁹

O Protocolo de Kyoto torna-se a base da negociação entre os membros da Convenção-Quadro. Com ele, as negociações deixavam uma fase de propostas genéricas e passavam para a fase de implantação de ações concretas. A criação do mercado do carbono se situa numa estratégia, em que o direito a um ar não poluído e a

⁹ A Convenção das Mudanças Climáticas foi preparada por duas Organizações Internacionais Governamentais, a OMM (Organização Meteorológica Mundial) e o PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. A primeira reunião científica para debater o aquecimento global realizou-se em 1985, onde os cientistas presentes alertaram para o aquecimento do planeta e ganharam atenção da mídia. Ao fim do decênio e muitas reuniões com representantes de vários países, acordou-se sobre a urgência acerca de uma convenção quadro sobre mudanças climáticas. No início da década de 90 o tema ‘Mudanças Climáticas’ figurava no primeiro plano da agenda ambientalista internacional. O PNUMA e a OMM criaram, em novembro de 1988 o Giec - Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre a Evolução do Clima, também conhecido por Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC sigla em inglês), que reúne mais de 2.500 especialistas, com a missão de diagnosticar o problema das Mudanças Climáticas.

não sofrer as conseqüências das alterações climáticas tornou objeto da lógica do mercado e da valorização do capital.

Ao tratar da questão ambiental no âmbito da globalização Leis (1999), destaca as crises da política mundial contemporânea, que se expressam num cenário mundial de degradação ambiental, precária governabilidade e resolução dos problemas sócio-ambientais, bem como, do declínio da política no mundo globalizado. Para o autor, os Estados Nacionais não desapareceram com a globalização, pelo contrário, se inserem no descompasso de um mundo que se globaliza em meio a atores políticos que ainda se baseiam nos parâmetros de Estados Soberanos Nacionais. Há neste sentido a ausência de autoridades e instituições mundiais capazes de responder a demanda dos problemas não só de cunho ambientais mas também os relacionados a violência, exclusão social, fome e o terrorismo. Para ele existe uma incompatibilidade de convivência da competitividade e individualismo presentes no mundo contemporâneo diante de um cenário global cada vez mais marcado pela interdependência entre povos e nações (LEIS, 1999).

A questão ambiental, nesse sentido, passa a ser inserida no espaço regulado pelo mercado, ou seja, há uma interiorização por parte da economia de efeitos externos a ela, no caso, dos efeitos que causam a degradação ambiental. O mercado traz para si através da interiorização desses efeitos externos o controle dos problemas ambientais de forma que os atores obtêm direitos de utilização sobre propriedade privada de recursos naturais, bem como impõe regras para tentativa de contenção de crises ambientais de modo a não se atingir o poderio financeiro de Estados e empresas transnacionais. É toda uma situação que passa a ser usada como argumento para fundamentar a privatização dos bens públicos e, assim, a conversão da propriedade comum como os recursos naturais em direitos individuais de propriedade, por conseguinte a aplicação do sistema de regras daí resultantes (ALTVATER, 1995).

Um exemplo neste sentido pode ser verificado através do Protocolo de Kyoto e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Protocolo de Kyoto se configurou como um Tratado Internacional visando estabelecer compromissos para redução da

emissão de gases como o CO₂ que provocam o efeito estufa. A redução da emissão de CO₂ deveria ocorrer em vários setores da economia, fazendo com que alterações fossem feitas pelos países assinantes do tratado e que os mesmos cooperassem entre si. As ações do Tratado se resumiam basicamente em reformas nos setores de transporte e energia, promoção do uso de fontes energéticas renováveis, limitar as emissões do gás metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas de energia, preservação de florestas e eliminação de mecanismos financeiros econômicos e atividades de mercado que fossem inapropriados para os fins do Tratado. Caso todas estas propostas fossem implementadas, a estimativa era de que até 2100 a temperatura do planeta chegaria aos níveis de 1,4° a 5,8°. ¹⁰

O MDL deveria buscar alternativas de tecnologias limpas (não-poluidoras) para, por exemplo, a geração de energia, reduzindo as emissões de CO₂ na atmosfera. Há também os projetos voltados para a área florestal, que devem ajudar a diminuir o CO₂ presente na atmosfera pela absorção feita pela vegetação através da fotossíntese. É o que se chama de "seqüestro do carbono". As soluções de mercado encontradas pelos países ricos e industrializados para buscar a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e, logo, mitigar as alterações do clima e os seus impactos, ao contrário de suavizar a dívida do carbono vem agravá-la. Por um lado, porque elas não exigem mudanças estruturais do paradigma energético e dos modos de produção e consumo no curto e médio prazo e, por outro lado, porque elas

¹⁰ O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), apresentou, em 2007, seu relatório mostrando cenários turbulentos, instabilidades econômicas, perdas humanas e materiais. O documento afirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco. A grande novidade é a redução das incertezas quanto à causa do fenômeno: segundo os especialistas, existem 90% de chance de que as atividades humanas sejam o principal fator de aquecimento global desde 1950. O relatório mostra ainda que, num cenário otimista, a temperatura média do planeta, em 2100, deve ser 3° C superior aos níveis pré-industriais, e o mais preocupante é que os resultados disso devem perdurar por séculos. Os cientistas estão convencidos de que haverá um rastro de perdas humanas e materiais, cujas conseqüências são imprevisíveis na configuração da geopolítica mundial. O relatório estima que as temperaturas devem aumentar entre 1,8 e 4,0 graus ainda neste século. Para garantir a qualidade de vida atual, é preciso que o aumento da temperatura média do planeta não ultrapasse 2° C em relação aos níveis pré-industriais, na metade do século XIX. (IPCC,2007).

permitem que os poluidores continuem a poluir, desde que comprem licenças para poluir.

O MDL e o mercado de carbono são mecanismos de mercado para a comercialização de créditos de carbono entre empresas e ou países que não estejam conseguindo cumprir suas metas – voluntárias ou compulsórias – de redução de emissões de gases do efeito estufa com outros países ou empresas que desenvolvem projetos variados de redução da emissão desses gases poluentes.

As transações internacionais ao redor dos créditos de carbono já estão acontecendo. Em 2007, a Holanda enviou um representante do seu Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Urbano para negociar créditos de carbono com o governo e empresários brasileiros. A Holanda é um dos 39 países que estão obrigados pelo Protocolo de Quioto a reduzir, de 2008 a 2012, emissões de dióxido de carbono e outros GEE a um índice 5,2% menor do que o índice global registrado em 1990. A iniciativa holandesa poderá render 250 milhões de euros, que serão destinados à redução de 200 milhões de toneladas de carbono. É certo que os países que têm tomado a dianteira nessas transações financeiras internacionais estão em vantagem sobre os demais. Os preços da tonelada de carbono ainda não foram fixados pelo mercado.

Para a economista Amyra El Khalili, presidente da ONG CTA (Consultant, Trader and Adviser), o que existe hoje é, na verdade, uma grande confusão entre os conceitos de *commodity* ambiental e crédito de carbono. Segundo ela, um conceito nada tem a ver com o outro, e o cerne da confusão pode estar na junção das palavras "*commodity*" e "ambiental". A tradução ao pé da letra do termo *commodity* é: mercadoria, aquilo que é vendido para a obtenção de lucro, ou, ainda, aquilo que é comprado e vendido numa bolsa de mercadoria. "Uma *commodity* visa o lucro imediato, portanto é algo contrário ao meio ambiente, mais precisamente a sua conservação", explica a economista. "O carbono não é uma *commodity* porque as suas emissões têm de ser reduzidas. Se fosse uma *commodity*, o carbono teria de visar o lucro e, para tanto, sua emissão deveria ser incentivada. Quanto mais toneladas de carbono fossem emitidas, maior seria o seu

preço de mercado". Por essas razões, o tal seqüestro de carbono tem de ser entendido como um processo e não como uma *commodity*.

Segundo Porto-Gonçalves (2006) há uma profunda imbricação entre os problemas relacionados com o aquecimento global e a injustiça ambiental planetária. Mais abominável, ainda, é quando vemos governos e muitas ONGs se associando para transformar essa tragédia sócio-ambiental que advém desse mundo marcado pela dominação – dos homens e da natureza – em oportunidade de negócio. Enfim, ganhar dinheiro com a tragédia. É o que se vê com o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL – que permite que um país continue a lançar na atmosfera seus gases de efeito estufa desde que compre áreas nos países pobres onde plantem árvores que capturariam gás carbônico da atmosfera, limpando-a, ou simplesmente as mantenham com suas florestas impedindo que o carbono seja lançado à atmosfera. Além de ser cientificamente duvidoso o efeito desse mecanismo de captura, ou seqüestro, de carbono da atmosfera, transformam os países pobres em verdadeiras latas de lixo da sujeira que compram o direito de continuar lançando, para sustentar um desenvolvimento injusto e ambientalmente degradante que, assim, se mostra um desenvolvimento sustentável.

Com relação ao MDL e a produção de agro-combustíveis verifica-se que suas conseqüências negativas superam as favoráveis. Suas vantagens estão no reduzido volume de emissões de gases poluentes em relação aos combustíveis fósseis, no custo final por litro em relação ao petróleo e em seu caráter renovável. Contudo, os agro-combustíveis não podem ser pensados como substituto dos combustíveis fósseis, pois exigiria uma disponibilidade de recursos naturais – sobretudo terra agricultável e água – inexistentes. Calcula-se que toda a disponibilidade de terras, águas e condições climáticas sejam suficientes para produzir apenas 20% de todo o petróleo produzido – cerca de 85 milhões de barris/dia - e utilizado no mundo hoje (BROWN, 2007).

Associado a essa primeira restrição, aparecem os efeitos já visíveis da expansão de cultivos para produção de energia sobre

o preço dos alimentos básicos, em especial o milho, mas também o trigo (Canadá e União Européia), a mandioca (China) e indiretamente o arroz que atua como substituto do milho em algumas regiões do mundo, trazendo riscos para a segurança alimentar dos contingentes mais pobres da população mundial. (SHIVA, 2007; SACHS, 2005). A recente inflação mundial nos preços dos alimentos, embora envolva outros fatores, tais como falta de água, a alta do petróleo, a especulação com os preços dos alimentos, o maior consumo de alimentos pela China, tem como causa principal o aumento no preço dos grãos pela maior demanda da produção de combustíveis. Quando os EUA, maior exportador mundial de milho, destina 30% de sua safra de milho para a indústria de álcool isso cria desajustes no mercado internacional, e problemas graves para os importadores como Japão, Índia, Egito, México e Nigéria entre outros. Isso acaba afetando a produção de aves e ovos, do porco na China, da tortilha no México, da cerveja na Alemanha (BROWN, 2007).

Segundo Oliveira (2008) a relação entre a expansão dos agro-combustíveis e a produção de alimentos ganhou a agenda política internacional. O avanço da “comoditização” dos alimentos e do controle genético das sementes que sempre foram patrimônio da humanidade foi acelerado. Dois processos monopolistas comandam a produção agrícola mundial. De um lado, está a territorialização dos monopólios, que atuam simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O principal exemplo é o setor sucroalcooleiro. De outro lado, está a monopolização do território pelas empresas de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir absolutamente nada no campo, controlam, por meio de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas do setor de grãos atuam como “players” no mercado futuro das Bolsas de mercadorias do mundo e, muitas vezes, têm também o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes (OLIVEIRA, 2008).

A crise, portanto, tem dois fundamentos. O primeiro, de reflexo mais limitado, refere-se à alta dos preços internacionais do petróleo e, conseqüentemente, à elevação dos custos dos fertilizantes e agrotóxicos. O segundo é conseqüência do aumento do consumo, mas não do consumo direto como alimento, como quer fazer crer o governo brasileiro, mas, isto sim, daquele decorrente da opção dos Estados Unidos pela produção do etanol a partir do milho. Esse caminho levou à redução dos estoques internacionais desse cereal e à elevação de seus preços e dos preços de outros grãos - trigo, arroz, soja. Assim, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global se tornou o paraíso dos anos fáceis dos monopólios internacionais (OLIVEIRA, 2008).

Porto-Gonçalves (2007) cita os novos protagonistas ligados à pesquisa e a exploração de agro-combustíveis no mundo, e menciona nomes como Jeb Bush, ex-governador da Flórida e irmão do atual presidente dos EUA, Roberto Rodrigues, ex-ministro da agricultura do governo Lula e representante histórico do agronegócio brasileiro, o financista George Soros e corporações como a British Petroleum, a Toyota, a Volkswagen, a Du Pont de Nemours, a Royal Dutch Shell, a Archer Daniels Midland Company - ADM do setor de alimentos, todas com negócios individuais ou associados entre si, além de seis grupos transnacionais já atuando e investindo no Brasil – até a data do artigo - como a Cargill, a Evergreen, a Coimbra-Dreyfuss, a Tereos, a Global Foods e o grupo Adeco (George Soros). Para Porto-Gonçalves (2007, p. 14)

Eis o novo complexo de poder que se estrutura em torno de uma nova matriz energética, onde se incluem os grandes complexos empresariais que hoje comandam a economia global, que, assim, buscam se perpetuar no poder. Chega a ser ingenuidade acreditar que com esse bloco de poder estaríamos caminhando em direção a uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada.

Os agro-combustíveis, também implicam em riscos para questões tais como: o desmatamento e conseqüentes emissões de CO₂; a concentração e elevação no preço de terras em detrimento da agricultura familiar; a monocultura e a destruição da biodiversidade; prejuízos ecológicos ao ar (queimadas), no

caso da cana, ao solo (contaminação, salinização, erosão e compactação) e aumento da demanda e contaminação. Do ponto de vista social, e, considerando em especial o cultivo da cana no Brasil, há que reconhecer as péssimas condições de trabalho na colheita e a reduzida geração de emprego para a força de trabalho desqualificada devido à mecanização da atividade no setor. Além disso, a produção de tais monoculturas perpetua modelos agrários pautados na monocultura, vinculado ao sistema financeiro internacional, o que agrava ainda mais questões de ordem social. Neste sentido, a reforma agrária e a segurança alimentar ficam relegadas a segundo plano; a concentração de renda se acentua e o pequeno e médio agricultor se vê obrigado a vender ou arrendar suas terras pois não encontra condições para desenvolver agriculturas voltadas para o mercado interno. Em suma, os inúmeros riscos sócio-ambientais envolvidos nesse processo, aliado aos poderosos interesses de corporações transnacionais e de estados de países industrializados e os parcos indícios de instituições nacionais reguladoras da atividade, é compreensível o uso de expressões como “pseudo soluções” ou “remendos tecnológicos” usados por analistas críticos da questão (SHIVA, 2007).

Em suma, pode-se dizer que, as ações tomadas em âmbito das instituições multilaterais no sentido de conter a emissão de gases estufa na atmosfera, bem como a busca por soluções de problemas sócio-ambientais, se reduzem a medidas paliativas de forma a não se modificar o poder político e econômico dominante; são ações que reforçam a racionalidade e economia de mercado de maneira a se buscar novas formas para a obtenção de lucro. As medidas propostas para se reduzir os danos causados ao meio ambiente atuam no sentido de procurar corrigir os efeitos da crise ambiental apenas pela via técnica, através de impostos, protocolos, filtros, tratados, ou seja, medidas que visam não alterar a forma social do capitalismo.

Nas entranhas das relações de poder e da retórica dos países que se dizem defensores do meio ambiente, ainda impera um déficit de iniciativas de acordos mais conseqüentes para a reversão progressiva deste cenário de caos ambiental. Apesar da vontade

de cooperar, os países ainda norteiam suas ações a partir de posições de maximização do interesse nacional (VIOLA, 2003). O aquecimento global é o maior desastre ambiental da história da civilização e entrou de forma definitiva na agenda da segurança mundial. O impasse científico acabou. Preocupações sobre mudanças climáticas estão na ordem do dia da política, sociologia, economia, geografia, ecologia, comunicação, academia, governos e sociedades. O ideário desenvolvimentista ainda é hegemônico e os países parecem não querer abdicar de padrões de bem estar ditados pelos valores da modernidade capitalista, ainda que todos saibam o tamanho da injustiça social e ambiental.